

09- COMBATE A CORRUPÇÃO, DELAÇÃO PREMIADA, LARANJA E JUÍZES PARCIAIS

Segue um resumo estruturado da proposta apresentada: Resumo Executivo da Proposta de Combate à Corrupção A proposta é um pacote legislativo abrangente, composto por uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e um Projeto de Lei Complementar, com o objetivo de intensificar e institucionalizar o combate à corrupção no Brasil. Principais Pilares da Proposta

1. PEC "Da Limpeza Republicana e do Denunciante Protegido" A PEC propõe alterações constitucionais para criar um marco jurídico mais rígido.

- Proteção e Incentivo ao Denunciante (Whistleblower):

- ☐ Anonimato irretratável em processos. ☐ Proteção policial em caso de ameaça.

- ☐ Recompensa financeira de até 5% do valor recuperado.

- ☐ Prioridade em programas sociais e concursos públicos. ☐

Delação Premiada para "Laranjas": Quem colaborar espontaneamente pode ter a pena reduzida em até 50%.

- Endurecimento de Penas:

- ☐ Torna os crimes de corrupção, peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa imprescritíveis e inafiançáveis.

- ☐ Equiparação de Magistrados: Juízes e membros do MP condenados por esses crimes perderão vitaliciamente o cargo, aposentadoria e direitos políticos, como qualquer outro agente público.

- Confisco Administrativo (Reversão do Ônus da Prova):

- ☐ Permite o confisco de bens com valor incompatível com a renda declarada, cabendo ao proprietário provar a licitude da aquisição, via Controladoria-Geral da União (CGU).

- Fundo Nacional Anticorrupção: ☐ Cria um fundo financiado com 10% dos recursos recuperados para pagar recompensas, custear investigações e proteger testemunhas. ☐ ☐ ☐ ☐

2. Projeto de Lei Complementar Regulamenta os dispositivos constitucionais propostos, com foco em punições severas e específicas.

- Para Agentes Públicos (Juízes, MP, etc.):

- ☐ Perda imediata do cargo na condenação em primeira instância, sem necessidade de trânsito em julgado.

- ☐ Prisão em estabelecimento comum, sem alas especiais.

- ☐ Perda do direito à aposentadoria compulsória.

- Para "Laranjas" e "Testas-de-Ferro":

- ☐ Responsabilidade solidária por todos os valores movimentados.
- ☐ Punições Cíveis e Financeiras para os que não colaborarem:
- ☐ Inclusão em cadastros de inadimplentes (como SERASA e SPC).
- ☐ Impedimento de obter crédito por 15 anos.
- ☐ Prisão por Omissão Informacional: Negar-se a identificar mandantes ou apresentar documentos pode levar à prisão preventiva.
- ☐ Benefícios para Colaboradores: Além da redução de pena, podem obter isenção de sanções cíveis e substituição da pena privativa de liberdade.

• Para Pessoas Jurídicas Envolvidas:

- ☐ Dissolução compulsória da empresa.
- ☐ Impedimento de participar de licitações, receber incentivos fiscais ou atuar no mercado financeiro por 20 anos. Objetivos Estratégicos e Mecanismos

1. Quebra da Lealdade Criminosa: Cria um contraste estratégico entre a punição severa para quem não colabora e um "caminho de redenção" atrativo (com redução de pena e benefícios) para quem delatar, incentivando a delação contra os mandantes.

2. Igualdade Perante a Lei: Busca acabar com privilégios para autoridades, equiparando a responsabilidade de juízes e agentes públicos à dos demais cidadãos.

3. Eficiência na Recuperação de Ativos: O confisco administrativo e a criação de um fundo específico agilizam a apreensão de recursos desviados e financiam novas investigações.

4. Institucionalização e Proteção: Cria um sistema nacional e constitucionalmente amparado para proteger e recompensar denunciante, essencial para encorajar novas delações. Em resumo, a proposta é um plano robusto que combina endurecimento penal, incentivos à colaboração e medidas administrativas de impacto para criar um ambiente de alto risco para atividades corruptas, focando especialmente em quebrar a estrutura das organizações criminosas através da figura do "laranja".